

Mendonça encerra inquéritos contra o governador do Rio

Dois processos tramitavam no Superior Tribunal de Justiça

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, atendeu a um pedido de habeas corpus protocolado em agosto de 2023 pela defesa do governador do Rio, Cláudio Castro, e encerrou, nesta quinta-feira (10), dois inquéritos que tramitavam contra ele no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Na sentença, Mendonça entendeu que violações que aconteceram durante a apuração fizeram com que os casos fossem anulados. Diante dos fatos, o ministro também determinou a anulação das provas recolhidas até o momento. Neste período, existiram operações de busca e apreensão com foco em pessoas ligadas ao governador, além de quebras de sigilos de Castro.

“Ante o exposto, com fundamento no art. 192, caput, do RISTF, e no art. 654, § 2o, do Código de Processo Penal, no tocante ao Inq. no 1.693, concedo a ordem de habeas corpus para, em relação ao paciente, (i) declarar a nulidade dos atos praticados no PIC no 2021.00574621 a partir do “complemento” ao acordo de colaboração premiada de Marcus Vinícius Azevedo da Silva, com a consequente ineficácia dos elementos probatórios dele derivados. Ainda, quanto ao Inq. no 1.481, (ii) reconheço a ineficácia probatória, em relação ao paciente, dos atos de colaboração premiada e depoimentos decorrentes, direta ou indiretamente, do acordo de colaboração premiada de Bruno Campos Selem (PIC 2019.01148053). Por fim, diante das nulidades verificadas e da umbilical correlação entre as duas investigações em curso, as quais tramitam conjuntamente e sob a condução direta da mesma autoridade policial, sendo os atos investigativos realizados apenas no âmbito do Inq. no 1.639, (iii) determino o trancamento dos Inquéritos no 1.481 e no 1.639, ambos do STJ”.

Em sua decisão, o ministro



Ernesto Carriço

Ministro atendeu pedido de habeas corpus protocolado pela defesa do governador

Mendonça aponta que no primeiro inquérito faltou cautela do Ministério Público do Rio de Janeiro ao aprofundar as apurações sem que elas fossem remetidas à Procuradoria-Geral da República (PGR), já que estavam ligadas ao governador, que detinha foro privilegiado no Superior Tribunal de Justiça. “Não apenas a competência para qualquer espécie de homologação pertencia ao Superior Tribunal de Justiça, como, também, a atribuição para toda a colheita de elementos constantes dos depoimentos do colaborador, implicando o governador do estado, pertencia à Procuradoria Geral da República (...)”.

Em 2020, este primeiro caso chegou a tramitar na PGR, porém, voltou à promotoria do Rio, pelo fato de deputados e secretário de estado envolvidos terem foro no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. De acordo com o ministro, o material teria que ter sido encaminhado à PGR, quando passou a envolver o governador do estado.

Na época, o empresário Marcus Vinícius Silva, em delação premiada, acusou Castro de receber propina no ano de 2017, quando era vereador da ca-

pital fluminense, e em 2018, após assumir a vice-governadoria, por meio de esquema em projetos de assistência social da Fundação Leão XIII, entidade ligada ao governo estadual. Outro empresário, Bruno Selém, também o acusava no mesmo sentido.

Indiciado

Em julho do ano passado, o governador Cláudio Castro foi indiciado pela Polícia Federal por corrupção passiva e peculato. Cinco meses depois, em dezembro, a Operação Sétimo Mandamento, de olho na Leão XIII, cumpriu mandado de busca e apreensão contra Vinícius Rocha, irmão de criação de Castro. Além disso, o ministro Raul Araújo, do STJ, quebrou os sigilos fiscal e telefônico de Castro.

Segundo Inquérito

Quando os autos do primeiro inquérito tinham sido remetidos ao STJ, um segundo foi instaurado pelo tribunal. Só que, para Mendonça, houve um “vício inerente” ao primeiro, já que existia uma relação entre os dois, pois em ambos foram incluídos depoimentos complementares colhidos irregularmente pelo MPRJ.

Defesa

Por meio de nota, a defesa do Governador Cláudio Castro afirmou que recebeu “com alívio a decisão da Suprema Corte que além de reconhecer as diversas ilegalidades e abusos nas espúrias investigações promovidas, determinou o trancamento dos Inquéritos que tramitam perante o Superior Tribunal de Justiça. E, em respeito às regras processuais e ao sigilo de justiça imposto aos autos, selimita a elogiar a brilhante decisão proferida que, uma vez mais, respeitou os direitos e garantias fundamentais, dando fim aos nulos procedimentos”.

O advogado de Castro, Carlo Luchione, afirmou que há muito tempo vinha lutando pela clara usurpação de atribuição da PGR por parte dos Promotores do RJ que tomaram irregularmente depoimentos do delator quando Claudio Castro já tinha foro privilegiado. “Ontem mesmo houve julgamento no CNMP pela violação de conduta funcional destes, mas, finalmente foi reconhecida a ilegalidade e trancados os inquéritos em HC impetrado pelo correspondente de Brasília”, concluiu.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Divulgação/Leandro Paiva



Boulos foi ontem a Brasília se encontrar com Lula

Candidato do Psol precisa aumentar rejeição de Nunes

A pesquisa Datafolha, que deu 22 pontos de vantagem para Ricardo Nunes (MDB) na disputa pela prefeitura de São Paulo, obrigará Guilherme Boulos (Psol) a acentuar os ataques para tentar aumentar a rejeição do seu adversário. A situação não é simples, já que uma postura agressiva pode aumentar ainda mais o percentual dos que disseram não vo-

tar no psolista (58%, contra 37% que afirmaram o mesmo em relação ao emedebista). Ao mesmo tempo, Boulos, como mostrou ontem na entrevista à CBN, ressaltará propostas focadas em eleitores de Pablo Marçal (PRTB), como mototaxistas e motoristas de aplicativos. Chegou a citar Marçal ao dizer que adotaria sua proposta de ter mais esporte nas escolas.

No freezer

Nunes se surpreendeu com o placar de 55% a 33% de intenções de voto revelado pelo Datafolha. Suas pesquisas previam uma boa vantagem, mas não tão grande. O resultado reforçou a decisão do emedebista de evitar debates, quer colocar o segundo turno no freezer.

Festa danada

Boulos aproveitou o fato de Nunes ter dito que, se houver pedido de Jair Bolsonaro, chamará Paulo Guedes para a Fazenda. O psolista publicou em redes sociais frases em que o ex-ministro criticou a ida de empregadas domésticas à Disney e comparou servidores a parasitas.

Divulgação/Campanha de Ricardo Nunes



Tarcísio com Nunes no Palácio dos Bandeirantes

Nunes confirma presença no debate da Band

Acusado por Boulos de fugir ao encontro na CBN — seria um debate, virou entrevista —, Nunes confirmou presença no confronto, segunda-feira, na TV Band.

Não revelou, porém, se vai ao debate programado para o dia 19 na Record. Ele tenta diminuir o número desses programas, aceita ir no máximo a três.

A campanha do emedebista comemorou o fato de a Rede TV ter formado um pool com a Folha de S.Paulo e com o UOL para promover seu debate neste segundo turno.

No primeiro turno, o portal fez dois debates, um com a emissora, outro com o jornal. Boulos diz que topa até nove confrontos.

Fora da lei 1

Aliados de Nunes e de Boulos infringiram a lei eleitoral que proíbe a utilização de bens públicos em campanhas. Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, recebeu presentes no Palácio dos Bandeirantes para pedir votos para o emedebista, que estava presente.

Fora da lei 2

Já o presidente Lula, de acordo com reportagens publicadas ontem, usou a Granja do Torto, uma das residências oficiais, para gravar mensagens com candidatos que apoia, entre eles, Boulos. Procurados, as campanhas de Nunes, do Psol e o Planalto não se pronunciaram.

Missão nos EUA 1

O Correio Bastidores perguntou, mas o Ministério da Defesa e o Comando da Aeronáutica não responderam se, nesta sexta-feira, um avião da FAB vai mesmo cumprir outra missão: levar 109 militares e civis para cursos sobre defesa em Washington, nos Estados Unidos.

Missão nos EUA 2

Segundo dados obtidos via Lei de Acesso à Informação, o avião ficará nos EUA até o fim das atividades, no dia 19. A FAB não revelou se, para a viagem, utilizará seu outro KC-30 (Airbus 330), semelhante ao que está sendo usado para resgatar brasileiros no Líbano.

Aprovação de pacote anti-STF é incerta; STF responde

Lula Marques/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

A aprovação dos projetos do batizado pacote anti-STF na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados gerou repercussão no poder Judiciário. Durante a sessão plenária do Supremo Tribunal Federal desta quinta-feira (10), o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, disse que “interesses políticos” e circunstâncias eleitorais não devem guiar alterações em “instituições que estão funcionando”.

Barroso reconheceu que o Supremo, enquanto instituição humana, é “passível de erros” e está sujeito a críticas. “Porém, se o propósito de uma Constituição é assegurar o governo da maioria, e se o seu guardião é o Supremo, chega-se à reconfortante constatação de que o Tribunal cumpriu o seu papel”, completou.

Na última quarta-feira (9), a CCJ realizou um esforço concentrado para aprovar uma série de medidas que limitam as ações do STF. A comissão aprovou a PEC 8/2021 que limita a possibilidade de decisões monocráticas (individuais) de ministros da Suprema Corte, e outros tribunais de instâncias superiores. Em seguida, aprovou a PEC 28/2024, que permite que o Legislativo suspenda decisões do Judiciário que os parlamentares julgarem que os magistrados este-



Pacote anti-STF foi aprovado na CCJ

jam “extrapolando” seus poderes.

Além das PECs, os deputados também aprovaram dois projetos de lei que ampliam a possibilidade de ministros do Supremo cometerem crimes de responsabilidade. Um deles permite o impeachment de ministros da Suprema Corte que usurpem a competência do Congresso Nacional (PL 4754/2016) e o outro amplia casos de afastamento de ministros que manifestarem, em qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento (PL 658/22).

Chances incertas

Ao Correio da Manhã, o especialista em ciências criminais Berlingue Cantelmo comentou que as chances de as propostas serem aprovadas no plenário ainda são incertas. “De um lado, há um apoio

crescente de grupos parlamentares que sentem que o STF tem ‘invadido’ competências legislativas, o que fortalece a possibilidade de aprovação inicial. Por outro lado, a ala governista e defensores da independência entre os Poderes veem essas propostas como um ataque ao Judiciário, o que pode gerar resistência significativa, tanto no plenário quanto no Senado”, ponderou o advogado.

Ele completou que, “dada a tensão entre o Legislativo e o Judiciário, é possível que a pressão popular e as articulações políticas desempenhem um papel decisivo nesse processo”.

Sucessão

Além do pacote anti-STF, a CCJ ainda voltará a discutir o Projeto de Lei nº 2858/2022, que concede anistia a todos os presos

envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. E ambos os tópicos podem se tornar moeda de troca para a disputa para a presidência da Câmara dos Deputados.

“O campo bolsonarista, favorável à anistia, vê isso como uma forma de garantir apoio para influenciar a escolha do sucessor de Arthur Lira. Ao mesmo tempo, a tramitação do pacote anti-STF é vista como parte dessa negociação, visando limitar o poder do Supremo, enquanto interesses eleitorais são articulados para 2025”, avaliou Berlingue Cantelmo.

O cenário de quem vai suceder o presidente Arthur Lira (PP-AL) ainda é incerto. Antes das eleições municipais, o favorito da Casa era o líder do Republicanos na Câmara Hugo Motta (PB). Após a desistência do vice-presidente da Câmara, Marcus Pereira (Republicanos-SP), para apoiar o colega de partido, Motta ganhou protagonismo na disputa, por ser avaliado como um candidato moderado, capaz de dialogar com o governo e a oposição.

Porém, após o primeiro turno das eleições municipais, o jogo aparenta ter virado a favor do PSD, partido que mais elegeu prefeitos no país. A vantagem numérica de prefeituras que serão comandadas pelo PSD trouxe os holofotes para o candidato do partido, Antônio Brito (BA).